

ARTIGO

ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO NA REGIÃO AMAZÔNICA

Jorge Gregório da Silva¹

Resumo

Este artigo discute duas concepções dominantes na análise das crises cíclicas no processo de desenvolvimento econômico globalizado na Região Amazônica: o “*abandono da região*” e a “*aplicação de políticas incompetentes*”. Apresenta uma terceira concepção, que não é dominante: as crises cíclicas como conseqüências vinculadas a escolhas de políticas econômicas comprometidas com o acúmulo rápido e em alta escala de capitais, principalmente através da especulação e não do trabalho.

Palavras-chave: capital especulativo, desenvolvimento econômico, economia globalizada, políticas públicas, desenvolvimento regional, Estado.

HISTORICAL-CRITICAL REVIEW OF THE GLOBALIZATION PROCESS IN THE AMAZON REGION

Jorge Gregório da Silva

Abstract

This article discusses two prevailing concepts in the review of the cyclical crises in the process of the globalized economic development for the Amazon region: “*the abandonment of the region*” and the “*application of*

¹ . Pós-Doutor em Economia Política da Educação Pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense sob a supervisão de Ronaldo Rosas Reis. Professor do Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Autor do Livro *O contexto político da formação do Administrador escolar* e de vários artigos.

incompetent policies”. A third concept is hereby introduced that is not prevailing: the cyclical crises as a consequence linked to the choices of economic policies committed to the fast high scale accumulation of capital, mainly through speculation rather than work.

Keywords: speculative capital, economic development, globalized economy, public policies, regional development, State.

Introdução

Afrodite, ou **Vênus** para os romanos, é a deusa da beleza, da fertilidade e do amor. Tem uma biografia, digamos assim, obscura. Hesíodo, autor do poema **Teogonia**, conta que a imortal nasceu dos genitais de **Urano**, que foram cortados por seu filho **Cronos** em uma disputa pelo domínio do mundo.

Homero, por sua vez, diz que ela é filha de **Zeus** e **Dione**. De qualquer maneira, é fato que os filósofos antigos costumavam lhe atribuir duas facetas: uma celestial e outra mundana, mais ligada ao seu caráter volúvel, apegado ao amor e ao sexo. Casada com **Hefesto**, **Afrodite** teve quatro amantes: **Adonis**, **Ares**, **Dionísio** e **Anehises**

Os filósofos modernos, também, costumam atribuir à crise do processo de desenvolvimento da Região Amazônica a duas facetas: uma celestial – “*abandono da região*” – e outra mundana – “*aplicação de políticas incompetentes*”. Ao contrário da explicação mitológica o desenvolvimento é uma escolha política.

Utilizando outras expressões, tanto a tese do “*abandono da região*” quanto a antítese da “*aplicação de políticas incompetentes*” não são produtos da mitologia grega ou romana, mas sim da vontade política de grupos

econômicos que, ao romperem com as fronteiras, invadiram a Região Amazônica em busca do lucro econômico.

Neste sentido, o processo de desenvolvimento globalizado na Região Amazônica não só existe, mas também, a exemplo do Regime Militar de 1964, carrega a triste e profunda marca de um pioneirismo funesto, lúgubre como a Peste Negra. Pode-se dizer, inclusive, que a reestruturação produtiva no Brasil começa por esse lugar.

É a materialização, na teoria e na prática, da “(...) existência de tempos e espaços diferentes e desiguais, que se cruzam sob a forma de forças articuladoras das dimensões globais da sociedade contemporânea (...)” (SILVA, 1999, p.3). Para entender o processo de globalização da economia é necessária essa perspectiva de diferentes movimentos e sentidos, de totalidade.

Diríamos que essa perspectiva de diferentes movimentos e sentidos, de totalidade, produto de uma política, ou seja, de vontades econômicas, é a terceira faceta, a dos pensadores comprometidos com um processo histórico - crítico de análise da Região Amazônica no campo da economia globalizada.

Termos como globalização, mundialização e outros representam um modismo, tornando-se necessário repensá-los sob uma ótica nacional e local. A ótica do país e do estado que é nosso. A ótica dos valores culturais da nação. Uma ótica de mestiçagem, evoluída no contexto da tropicalidade.

São conceitos-ponte, ou palavras-chave, ou ainda uma linguagem sedutora, aparentemente nova e despretensiosa, mas que, no entanto, trás por via do recurso retórico uma força motriz capaz de promover, parafraseando Dejours (1998), a banalização do mal ou da injustiça social.

1. Concepções mitológicas: a Amazônia como um paraíso intocável

A Amazônia era considerada como um tipo de espaço em vias de desenvolvimento, muito rústico e incompleto. É certo que, para essa grande região, o Estado brasileiro adotou uma política que teve sucessos locais, acarretando e acumulando, porém, muitos e grandes problemas ecológicos e ambientais entre 1960-1980, como entende Ab'Sáber (1997).

O exemplo mais expressivo de polarização foi o modelo de Manaus, com a instalação da Zona Franca. Teria sido um bom modelo, se tivesse sido melhor gerenciado, evitando indispor o mundo urbano com o mundo rural, ocupado por populações tradicionais, muito pobres e desamparadas.

Entretanto, Manaus cresceu muito, aumentou a pobreza e sofreu especulações do capitalismo selvagem; fato que praticamente obrigou os governantes a modificarem suas disposições iniciais, ou seja, ao lado do projeto eletro-eletrônico desenvolver também um projeto rural.

No entanto, outras coisas graves também aconteceram na Amazônia, como o surgimento e execução de empreendimentos falidos de todo tipo, pontilhando quase toda a região, do Oeste ao Leste. A Ford tenta implantar um projeto agrícola num solo, que ainda era desconhecido.

Mais existe ainda uma lista enorme de outros empreendimentos falidos, mencionados por Ab'Sáber (1997): Projeto Alcobrás, Projeto Jarí. Os países

que defendem a globalização fizeram a tonelada da celulose cair para US\$ 300 dólares por tonelada, mesmo com o mercado necessitando do produto.

A globalização é uma maneira de exploração internacional dos espaços de especulação agrária, regiões de planejamento, as bacias, e os espaços das regiões autodesenvolvidas. Através da referida exploração é que o capitalismo consegue baixar o preço da celulose, principal produto na fabricação de papel.

O processo de globalização gerou uma onda de privatização no Terceiro Mundo excluindo de direitos uma grande parcela da humanidade. A privatização é uma ameaça muito clara para as principais unidades de indústria. A privatização da Vale do Rio Doce, por exemplo, é um crime político que deveria ser inafiançável.

Entede-se que a globalização, ao contrário de levar o desenvolvimento para as regiões, é uma ideologia assimétrica e perversa que só tem interesse pelo lucro econômico favorável ao Primeiro Mundo. Não há nenhuma tentativa de globalização para a melhoria da sociedade, da política e da cultura.

Pelo contrário, no processo de globalização ocorre, de maneira embutida, um enquadramento geopolítico visando a globalização econômica e se esquecendo totalmente do social. Ignora a identidade cultural dos povos envolvidos e as deploráveis condições de vida da população.

No caso da Amazônia, este modelo econômico destruiu completamente a política de pleno emprego arquitetada pelo chamado Estado de bem-estar social ou Estado intervencionista, cujas bases foram elaboradas em 1945, em Bretton Woods, e começaram a ruir em 1973, com choque do petróleo.

Evidentemente que esse processo descrito não pode ser entendido como fruto, conseqüência, de políticas incompetentes, sobretudo do ponto de vista das elites econômicas que conseguem se locupletar com o processo de desumanização acelerado que envolve, sobretudo, regiões como a Amazônia.

Neste quadro descrito da globalização, a Amazônia tanto é um território datado e situado, como é uma idéia, uma fabulação uma utopia. No limite, pode se constituir em um não-lugar cuja característica mais contraditória e ser um lugar no mundo. Um não-lugar da diversidade, outra face do não lugar padronizado.

2. A Amazônia como produto de políticas incompetentes

É no seio da cultura e graças a ela que os seres humanos se constroem. É esse princípio dialético universal que devemos assimilar para podermos compreender as implicações decisivas nas políticas públicas para a região que devem ser sustentadas em projetos voltados para o indivíduo, para a sociedade e também para a cultura, partindo do local para o nacional e o internacional e não em um movimento contrario como ocorreu historicamente, ou seja, do internacional para o nacional e o local.

Numa sociedade caracterizada pela globalização os processos políticos devem ser elaborados a partir de um processo de hibridação de culturas e não da cultura única fundada na ditadura do capital. Essa é a orientação adequada, no nosso entendimento, para as práticas sociais que envolvem a prática teórica e a pratica política e, entre elas, a prática educativa. O grande desafio é

construir o progresso democrático em uma sociedade que se encontra surpreendida diante das atuais mudanças de referência.

Como afirmam SCHWARTZ & LOCKBART (2002) a Região Amazônica, desde a época colonial, foi marcada pela diversidade de organização social, densidade populacional e econômica. À medida, por exemplo, que os Omáguas plantavam algodão para fazer roupas e conheciam a cerâmica, eles estavam ligados aos processos econômicos mais gerais. Viviam em grandes aldeias e desenvolveram um sistema político onde um líder chefiava várias aldeias.

A região amazônica não era uma ‘selva’ indistinta, mas uma série de ambientes, cada um dos quais sustentava povos indígenas com níveis diferentes de organização social, densidade populacional e economia. Não devemos impor ao passado nossa imagem dos índios da Amazônia de hoje, de pequenos bandos dispersos de caçadores vivendo nos locais mais inacessíveis. O que vemos hoje é, muitas vezes, o resultado de processos postos em funcionamento desde a chegada dos europeus. Povos inteiros desapareceram, outros fugiram ou tiveram de se afastar muito de sua localização original e, com alguns, ocorreu a desculturação quando abandonaram a agricultura ou a cerâmica na luta para sobreviver em ambientes menos favoráveis. (SCHWARTZ & LOCKBART 2002, p. 320).

O que significa globalização? O termo é relativamente recente - desde os anos 80 - e de significação confusa, já que é utilizado com diferentes significados. Para nós interessa dizer que a globalização é uma relação que afeta a atividade produtiva, a vida familiar, a atividade cotidiana, o prazer, o pensamento a arte, as relações humanas de uma maneira geral. Apresenta-se com um discurso sedutor de mercado livre, democracia, ciência, tecnologia, progresso.

É como um garanhão que promete a comunidade jurídica internacional; a cidadania universal; a sociedade da informação; o mercado sem fronteira; a aldeia global, mas na realidade quer a concentração econômica, o desenvolvimento regional, individual, étnico e de autoconsciência. A globalização é uma relativização entre um discurso de homogeneização e uma prática de fragmentação, é a planetarização do cinema americano e a redução dos modos democráticos de vida política local, regional.

A referida relativização da globalização acentua ainda mais as diferenças sociais no sentido do acesso aos bens produzidos pelo progresso da ciência e da tecnologia. Esse acesso diferenciado é explicitado como natural pelo impacto das tecnologias da informação (Castell, 1997). Em outras expressões, a mensagem do deus globalização é transmitida pelo oráculo da grande mídia que traduz a mensagem de desigualdade ontológica para uma igualdade aritmética. “*Todos são iguais perante a lei*”, mas os salários são diferenciados

3. Concepções histórico-críticas: a invasão das fronteiras em busca do acúmulo de capital

Fala-se muito em globalização no sentido ideológico de que agora o mundo é uma aldeia global, sem fronteiras. Rompem-se tratados, traem-se ritos. Mas será que essa tal globalização vem proporcionando o desenvolvimento econômico igual, sem divisões?

Entendemos que houve uma quebra das fronteiras apenas nos chamados países de Terceiro Mundo ou em vias de desenvolvimento. Percebe-se que nos

países de ditos de Primeiro Mundo ou industrializados, notadamente nos países que integram o G-7, as fronteiras estão cada vez mais cerradas.

Esta dialética, quebra de fronteiras, para uns, e proteção das fronteiras, para outros, no nosso entender é o que vem gerando uma ditadura globalizada norteadada agora pelo capital financeiro e especulativo internacional e não mais por um General que ditava a normas de um país.

Esta ditadura internacional materializada nos organismos internacionais de cultura e de financiamento, a serviço do G-7, transformou a Amazônia Brasileira, mais uma vez, num laboratório experimental de ações que se convencionou chamar de reestruturação produtiva.

Percebe-se que as propostas e os projetos para viabilizar o desenvolvimento da Amazônia, no século XX, têm se desenvolvido nos regimes autoritários: ditadura de Vargas, no chamado Estado Novo 1937-(1945), na ditadura militar (1964-1985) e, mais recentemente, na ditadura internacional que se inicia no Brasil coma eleição de Collor de Malo (1989).

Esse é o contexto político que produz o desenvolvimento da Amazônia com a interferência de um planejador, que precisa ser esclarecido no nome de quem ele age e quais são os fatores politicamente antagônicos de sua interferência contra a vítima sofre os efeitos do planejamento.

Além de um agente do Estado que representa o poder político e econômico, o planejador tem sido representante de um Estado autoritário que produz políticas de desenvolvimento contrárias aos interesses da sociedade civil e favoráveis aos interesses da sociedade política.

O autoritarismo brasileiro na elaboração do projeto de desenvolvimento na Amazônia tem se feito presente, historicamente, em diferentes ditaduras,

desde a primeira, posta em prática com a chamada proclamação da República, utilizando como estratégia os recursos retóricos.

Este discurso, hoje apresentado como novo, tem suas raízes históricas desde o período supramencionado. São termos como centralização política, de fortalecimento do governo da União, descentralização, flexibilização, reestruturação produtiva e privatização.

Na prática trata-se de uma tradição autoritária, centralizadora e neoliberal. Como resultado final apresenta-se, ainda, desenvolvimentista e modernizadora na economia e conservadora na política. É um neoliberalismo de base oligárquica e escravocrata.

As ações desenvolvidas na Amazônia têm sido a materialização de um agente político desse autoritarismo desenvolvimentista. Trata-se da corporificação da relação entre capital e trabalho, ou seja, entre a terra, as máquinas, por um lado e por outro lado o trabalho assalariado.

É um processo de expansão do capital fundado em bases teóricas e práticas desenvolvimentistas e modernizadoras do Estado autoritário e descentralizador no financiamento do desenvolvimento e recentralizador no controle do investimento público nas áreas sociais.

Neste sentido e tomando como base para a reflexão da crise do desenvolvimento globalizado na Amazônia o quadro de referência teórica supramencionado, localizamos o projeto educativo na região como um fruto, uma consequência da prática desenvolvimentista e modernizadora.

Em outros termos, esse planejamento impositivo das diretrizes e bases da educação neste lugar, funciona como uma estratégia de integrar as

províncias e regiões ao plano nacional e internacional, o que materializa a crise de desenvolvimento globalizado na Amazônia.

É uma dialética em que a educação na região produz a crise de desenvolvimento econômico e é, ao mesmo tempo, produto desta crise de desenvolvimento. Sem um projeto político de desenvolvimento econômico não há educação, ciência e tecnologia. E sem estas não há aquele.

O projeto educativo na Amazônia está vinculado ao processo de globalização, ou seja, está ligado à integração ao capitalismo internacional e a uma política de criação de colônias internas para o grande capital financeiro e industrial radicado no sudeste, constituindo-se no centro da política de centralização modernizadora.

É uma proposta educativa recebida das forças capitalistas internacionais por uma burguesia débil, agressiva e expropriadora, que constrói a hegemonia através do poder pessoal do latifúndio, o que provoca essa desestruturação da ordem política e a conseqüente transgressão generalizada na região.

Se realmente educar é guiar o ser no desenvolvimento dinâmico no curso do qual se constituirá como pessoa humana, é evidente que o desenvolvimento interno da política educacional na Amazônia vem transformando o aluno em andróide.

E esta transformação referida coloca os profissionais da educação numa espécie de castigo de sísifo: de um lado, possuem teorias, que nem sempre conseguem pôr em prática; de outro, constata práticas que não conseguem teorizar e fundamentar.

Desde o quinquênio 1980-1985, o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos declara a educação na região Amazônica como prioritária e anuncia uma prática educativa voltada para esta realidade. Qual a significação dessa prioridade?

Por entender que os maiores equívocos cometidos na elaboração da proposta educacional dão-se pela distorção de enfoque filosófico, sugere-se a dialética para alcançar o agir educativo do homem deste lugar, superando as considerações abstratas feitas sobre eles.

Superando o enfoque positivista é possível perceber que a distribuição das escolas pelo território nacional está vinculada a concentração de renda no setor industrial que resultou na construção da maioria das escolas nos centros de maior concentração de poder econômico.

Na década de 90 o mundo passou a viver, num espaço muito curto de tempo, mudanças profundas no campo da ciência e tecnologia. Contrariamente, o homem dessa década passa a ser um desajustado, deprimido, agressivo solitário e bárbaro.

Os homens não acompanham a nova era tribal de dimensões planetárias, produzidas pelas comunicações de massa, o rádio, a televisão o fax, a internet. As formas modernas de comunicação não conseguem ajudar o ser a destruir o velho e construir o novo. O novo não pôde nascer porque o velho não morreu.

Considerações finais

Entende-se, então, que as relações mundiais contemporâneas impõem outras circunstâncias históricas de inserção da Amazônia na dinâmica global,

de onde a região reemerge com feições e paradoxos acentuadamente extraviados de sua configuração natural e histórica, do tempo histórico, cronológico e geográfico.

Situar a Amazônia no âmbito da globalização contraditória implica demonstrar como e quais processos e forças mundiais se manifestam localmente em conjunturas diferentes e especiais. Os ciclos extrativos, industriais e agrícolas, na Amazônia precisarem ter uma nova conotação, serem olhados com outros olhos.

Adotou-se para a Amazônia uma política de projetos polarizados sem, porém, conseguir controlar grandes desmates, uso de mercurarias e perversos contatos de grupos da base da sociedade contra populações indígenas indefesas, uma nova versão da Guerra Justa posta em prática a partir de 1542, com passagem de Francisco Orellana, narrada pelo Frei Gaspar de Carvajal.

Do mesmo modo as operações multilaterais, as ações militares, as rearticulações econômicas, as relações internacionais ganham outros significados quando situadas historicamente. O debate sobre o desenvolvimento da região não pode ser travado fora desta contextualização histórico-crítica.

O debate sobre a internacionalização da Amazônia, sobre as implicações continentais do seu desenvolvimento, sobre o destino de suas populações e de seus recursos é importante porque materializa o futuro da região. É importante manter a integridade territorial e política da Amazônia e não banaliza-la.

Esta discussão deve envolver, também, a crise dos *grandes projetos* que inclui uma poderosa estratégia de concentração de riqueza e poder vinculados

aos interesses do capital externo o que expressa a natureza contraditória dos processos sociais de globalização, ou seja, riqueza para o centro e pobreza para a periferia.

A luta que envolve os direitos de autodeterminação sem excluir a busca da recuperação da territorialidade tradicional das populações amazônicas tem nas populações indígenas um aliado, simpático às contendas estabelecidas contra as relações de poder da chamada ordem global.

É uma luta, em grande medida, contra o novo processo de colonização global. É a busca da reconstrução de um princípio de autonomia e solidariedade como possibilidades de outra ordem política e econômica. É a busca da construção de uma globalização que parta do regional, para o nacional e o internacional, e não num movimento contrário.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER Aziz Nacib. *Metropolização e globalização: desafios e reposição conceitual*. In: GADELHA, Regina Maria A. Fonseca (Org.). *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. EDUC. São Paulo, 1997.

-----, *Amazônia: proteção ecológica e desenvolvimento*, com o máximo de floresta- em-pé. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. São Paulo, USP, dez., 1993. Série Ciências Ambientais, nº 14.

ALALC – Associação Latina Americana de Livre Comércio. *Resolución 403*, 1979.

ALCOFORADO, Fernando. *A nova ordem econômica mundial e seus riscos*. São Paulo. Folha de São Paulo, 08 de abril de 1995.

BANAS, Geraldo. *Globalização: a vez do Brasil*. São Paulo. Makron Books, 1996.

BECKER, Diniz Fermiano. *Desenvolvimento sustentável*. Necessidades e/ou possibilidades. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres e princípio-terra: volta à terra como princípio comum*. São Paulo Ática, 1996.

CASTANEDA, Jorge G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. Tradução de Eric Nepomuceno. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

CASTELL, Manuel. *La era de la información*. Madrid, Alianza, 1997.

CASTEL, Robert. *As armadilhas da exclusão*. In: BÓRGUS, Lúcia. YAZBEK, Maria Carmelita. WANDERLEY, Maringela Belfore (Orgs.). *Desigualdade e questão social*. EDUC. São Paulo, 1997.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1998.

GÉNÉREUX, Jacques. *O horror político*. O horror não é econômico. Tradução Eloá Jacobina. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

HIRSCH, Joachim. *Globalización, capital y Estado*. 2ª reimpressão. Tradução para o espanhol Gabriel Contreras Pérez. Universidade Autônoma Metropolitana – Xochimilco – México, 1998

FEATHERSTONE, Mike. *A globalização da complexidade*. Pós-modernismo e cultura de consumo. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo. ANPOCS, ano 11, n.32, p.105-124.

----- . *Cultural global, nacionalismo, globalização e modernidade*. Tradução Atílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental: Temas Básicos e Documentos Metodológicos*. Brasília: IBAMA, 1994.

SACRISTAN, Gimeno J. *Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania*. Tradução. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, Marilene Correa da. *Metamorfozes da Amazônia*. Manaus. Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

SCHWARTZ, Stuart B. & LOCKBART, James. *A América Latina na época colonial*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002.

UNESCO/PNUMA. *Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental*. Tbilisi (URSS). Informe Final. Paris, 1978.